

Substitutivo da Câmara dos Deputados
ao Projeto de Lei nº 1.110-D, de 2003,
do Senado Federal (PLS Nº 79/02 na
Casa de origem), que acrescenta
parágrafo ao art. 9º da Lei nº 8.987,
de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe
sobre o regime de concessão e
permissão da prestação de serviços
públicos previsto no art. 175 da
Constituição Federal, e dá outras
providências, para vedar a cobrança,
por concessionário ou permissionário
de serviços públicos, de tarifa
relativa a serviço não-prestado
efetivamente.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Acrescenta parágrafos ao art. 9º da
Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de
1995, para vedar, nas condições que
menciona, a cobrança, por
concessionário ou permissionário de
serviços públicos, de tarifa relativa
a serviço não efetivamente prestado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafos ao art. 9º da
Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o
regime de concessão e permissão da prestação de serviços
públicos, para vedar, nas condições que menciona, a cobrança,
por concessionário ou permissionário de serviços públicos, de
tarifa relativa a serviço não efetivamente prestado.

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro
de 1995, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º, 6º e 7º:

“Art. 9º

.....

§ 5º É vedada a cobrança de tarifas referentes a serviços disponibilizados ao usuário que:

I - não tenham sido efetivamente utilizados no período a que se referir a correspondente fatura; ou

II - abranjam períodos nos quais tenha ocorrido a suspensão da respectiva prestação.

§ 6º Fica autorizada a cobrança de tarifa referente ao custo de disponibilização dos serviços de energia elétrica, de gás canalizado e de água e de coleta de esgoto, por meio das respectivas redes de distribuição, desde que a disponibilização tenha sido resultante de contrato celebrado com o usuário, na conformidade de regulamento.

§ 7º A tarifa relativa ao serviço de esgotamento sanitário será cobrada a partir do momento em que haja a prestação do serviço de coleta de esgoto.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2015.

EDUARDO CUNHA
Presidente